

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Porantim

Class.: 279

Data: Folha/Agosto/85

Pg.: 8, 10, 11

Epidemia já foi controlada no Amazonas

A propósito de notícia publicada na última edição do **PORANTIM** (n.º 76, pág. 6), recebemos uma carta de Egydio Schwade, membro do Movimento de Apoio à Resistência Waimiri/Atroari (Marewa), pedindo uma retificação. Diz Egydio:

“Por ocasião da recente epidemia de gripe, malária e suspeita de tuberculose que atingiu as aldeias dos **Waimiri/Atroari** no rio Alalaú, houve uma presença e acompanhamento sério por parte da Funai. Tão logo surgiu a epidemia, o órgão deslocou para a área dois médicos e uma enfermeira, que ali permaneceram até que a epidemia estivesse sob controle.

As alarmantes notícias da falta de atendimento, que correram o País, procederam da ânsia das autoridades do município amazonense de Presidente Figueiredo, em



“salvar” aquele município que fora extinto, mais do que de uma situação verdadeira. Esperamos que esse interesse dessas autoridades pelos **Waimiri/Atroari** se estenda no futuro também a outros campos, qual seja o da garantia do solo e do subsolo desses índios. Diga-se de passagem que a recente epidemia tem certamente uma relação com todo o processo de invasão do território dos **Waimiri/Atroari**, instalado através da Mineração Taboca”.
(NR: ver páginas 10-11 desta edição).

A Amazônia entrou no ciclo do minério. A história do minério nas terras dos Waimiri-Atroari (norte do Amazonas e sul de Roraima), ilustra bem o que isso representa para os amazônidas e para o povo brasileiro. Os índios e não-índios perderão seus últimos redutos. Seus valores serão tomados pela "religião da racionalidade mineral", expressão de José Belfort, no discurso de tomada de posse à frente do Departamento Nacional de Produção Mineral, em abril pp.

Vejam a linguagem dos senhores deste ciclo, que fazem inveja aos saqueadores e escravocratas do "ciclo da borracha", registrada no jornal O Estado de S. Paulo, edição de 24 de fevereiro: "A descoberta de uma jazida de columbita-tantalita na Amazônia, anunciada semana passada pelo Grupo Paranapanema, fortalece a reputação do fundador da empresa, Octávio Cavalcanti Lacombe. Seu extraordinário talento para encontrar riquezas no subsolo de regiões remotas, repercutiu nos principais mercados do País, e no exterior, onde Lacombe já é tido como uma espécie de herdeiro do dom de Minas. (...) Só na reserva mineral de Pitanga (NR: em terras dos Waimiri e Atroari), a mais importante da Paranapanema, já foi medida a existência de 291 mil toneladas do minério — o equivalente a mais de US\$ 3 bilhões no mercado internacional. Em 1984, Lacombe extraiu dessa e de outras quatro minas do grupo, cerca de dez mil toneladas de estanho — o que faz dele, de longe o "rei do estanho" no Brasil. (...)

"A tudo isso vem juntar-se a recente descoberta da jazida de columbita-tantalita, possivelmente a maior do mundo. Dela serão extraídos o pentóxido de nióbio e o pentóxido de tântalo — este último especialmente cobiçado por se tratar de metal de grande resistência, com aplicação na construção de mísseis e na fabricação de memória de computadores. A tonelada deste metal está cotada em US\$ 110 mil no mercado internacional e a quantidade descoberta até o momento equivale a dez anos de consumo mundial do mineral".

HISTÓRIA SUJA

A história da pesquisa e exploração de minerais estratégicos da reserva Waimiri / Atroari é uma história suja no que se refere às ações contra os índios e o seu patrimônio. Está cheia de lances entreguistas, de venda da soberania nacional e regional em benefício de interesses privados nacionais e de interesses estrangeiros, nem sempre tão ocultos.

A única resistência organizada contra o saque desse patrimônio popular amazense foi oferecida, decididamente, pelos Waimiri / Atroari. Em 1944, aproveitando-se do turbilhão internacional, provocado pela Segunda Guerra Mundial, o governo norte-americano encarregou o "4 th Photo Charting Squadron", do exército daquele país, de fazer o levantamento aerofotogramétrico de alguns rios amazônicos. Entre eles, não tão casualmente, estavam o Alaláu, o Alto Uatamá e seus afluentes. Para fazerem as amarrações e observações terrestres desse serviço, foram auxiliados por práticos do Serviço de Proteção ao Índio. Os Waimiri / Atroari surpreenderam dois oficiais norte-americanos da Photo Charting, a

O saque mineral e o destino dos Waimiri/Atroari

5 de outubro daquele mesmo ano, fazendo as observações na Cachoeira Criminosa, do rio Alaláu. Os indígenas mataram os dois e também seus guias e auxiliares brasileiros, com exceção de um. A seleção dos rios Uatamá e Alaláu pelos norte-americanos, certamente tem a ver com os minérios estratégicos existentes na área.

INÍCIO DOS PROJETOS

Em maio de 1973, Max White, geólogo do Geological Survey, dos Estados Unidos, publicou um artigo em que descrevia 21 projetos geológicos e de mineração iniciados na Bacia Amazônica, como parte de um programa de cooperação entre o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPM) e o Geological Survey. Contavam com o patrocínio do governo brasileiro e da Agência para o Desenvolvimento Internacional, dos EUA (US-AID). De acordo com White, naquela época já haviam 225 geólogos e engenheiros realizando investigações minerais na Amazônia. Mais de 125 tinham como base Belém; perto de 40, Manaus; e cerca de 60, Porto Velho.

Uma das principais áreas de pesquisa mineral, na época, se localizava na região dos Waimiri / Atroari e arredores. O fator que mais influiu nesse grande número de atividades de prospecção mineral na região foi a conclusão do Projeto Radam, isto é, o imenso levantamento aerofotogramétrico e mineral da Bacia Amazônica. Em 1973, quando White publicou seu artigo, os geólogos do Projeto Radam já haviam praticamente completado um exame de toda a parte norte da Amazônia.

Não se trata de uma façanha da Paranapanema ou de seu diretor Octávio Lacombe, realizada no início de 1985. Para obter a essas novas reservas minerais, o governo brasileiro começou a construir duas importantes rodovias nas partes norte e oeste da Bacia Ama-

zônica: a Perimetral Norte, com 4.000 km; e a BR-174 (Manaus-Boa Vista), que atravessou o território dos Waimiri / Atroari.

A Paranapanema S/A, criada em 1961, "para a exploração da indústria da construção civil, incluindo projetos e execução de terraplenagem e pavimentação", participou, como empreiteira, na construção da BR-174. No dia 5 de agosto de 1971 — menos de um mês após a redução de 4/5 do território imemorial dos Waimiri / Atroari — a empresa alterou seus estatutos. Incluiu em seus objetivos "o estudo, a pesquisa e a lavra de minérios em geral". Mudou também sua autodenominação para Paranapanema S/A — Mineração, Indústria e Construção. Em outubro do mesmo ano, alterou novamente seus estatutos, colocando como objetivo primeiro "a pesquisa, a lavra de depósitos minerais em geral, a compra e a exportação de minérios, a prática de operações de redução e beneficiamento de minérios, e todas as demais ligadas à indústria de mineração..."

Desde então, com grande facilidade, devido à vinculação com altas personalidades do governo golpista de 1964, a empresa criou dezenas de subsidiárias para explorar minerais. Invadiu outras áreas indígenas no País, como a dos Tenharim, no Amazonas. A entrada da Paranapanema na região dos Waimiri / Atroari se deve a uma série de tramóias que tem seu desenvolvimento mais agressivo a partir de 1979. Dessas tramóias participaram o Ministério das Minas e Energia e o do Interior, o DNPM e a Funai.

Dia 31-1-79, um mês antes de deixar o Ministério das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, concedeu à Timbó — Indústria de Mineração Ltda. subsidiária da Paranapanema, cinco alvarás de autorização. Estes documentos serviriam para "pesquisar cassiterita em terrenos devolutos, no lugar denominado cabe-

ceiras do rio Uatamá, distrito e município de Novo Airão". Não eram "terrenos devolutos". Interferiam na reserva indígena dos Waimiri / Atroari. Tão logo César Cals substituiu Ueki no ministério, apareceu, de surpresa, em Manaus, junto com o então ministro do Interior, Mário Andreazza, intimamente vinculado e comprometido com os projetos de mineração da Paranapanema.

Durante a visita, o ministro César Cals declarou aos jornais que tinha ido lá para "conhecer os trabalhos sobre ouro e estanho que aqui estão sendo realizados". A inesperada visita e as declarações posteriores tinham ligações com as ações ilegais que já estavam, então, em andamento nos bastidores da burocracia de Brasília e que haviam de prejudicar irreparavelmente os Waimiri / Atroari. Como resultante, conseguiu desmembrar definitivamente a parte leste da reserva indígena e transformar o restante em mera "área temporariamente interditada".

Todos os organismos do governo, ligados à questão — Ministério das Minas e Energia, DNPM, Funai — e até a Paranapanema estavam conscientes de que a Timbó estava em situação ilegal na reserva dos Waimiri / Atroari e não tinha autorização para tal. De fato, dia 2 de abril de 1980, a Timbó requereu do DGPI da Funai um pronunciamento quanto à área em que estava realizando pesquisa mineral, que "seria território indígena". Da parte da Funai, Heráclito Cunha Ortega, assistente técnico, faz um longo parecer sobre o caso, dizendo que a Timbó obteve os alvarás de autorização de pesquisas minerais de nºs 459, 460, 461, 462 e 601, que correspondem a 80% da área delimitada pelo decreto nº 68.907, que criou a reserva indígena Waimiri / Atroari. No dia 15 de agosto de 1981, o então diretor-geral do DNPM, Ivan Barreto, insistiu para a que a Funai ela-



borasse uma resposta par dar "continuidade aos processos de declaração de nulidade dos Alvarás nºs 459, 460, 461, 462, de 31/1/79". Barreto solicita o pronunciamento da Fundação para atender à consulta formulada pela Timbó.

Apesar das advertências de antropólogos da Funai e até do então diretor-geral do DNPM, Ivan Barreto, o general João Batista Figueiredo, presidente da República, assinou o capcioso decreto nº 86.630. Nele, declara que a área desses índios fica "interditada, temporariamente, para fins de atração e pacificação de grupos indígenas". Entretanto, o conteúdo verdadeiro, mas não escrito, do decreto significava que estava desmembrada, para os interesses da Mineração Taboca S/A (Paranapanema) e para a formação do reservatório da hidrelétrica de Balbina, a parte leste da reserva. Isto equivale a 526.000 hectares. O decreto, ainda, deixava apenas implícito que se extinguia também o restante da reserva, que passava a ser "área temporariamente interditada".

A assinatura desse decreto envolve, além do então presidente da República, a assessoria jurídica da Funai, dois ex-presidentes do órgão — Nobre da Veiga e Paulo Leal — e o ministro Mário Andreazza. Por volta de outubro de 1981, quando o vice-presidente Aureliano Chaves — hoje ministro das Minas e Energia — ocupou interinamente a Presidência da República, houve uma tentativa de apressar a assinatura do decreto. Uma prova é que a minuta do decreto vem subscrita por Aureliano. Quais interesses estariam por trás dis-

so? Seriam os mesmos que o levaram ao Ministério das Minas e Energia na "Nova República"?

MINERADORA SE INSTALA

Menos de um mês depois da assinatura do decreto que tão generosamente a favoreceu, a Paranapanema deu entrada na Funai com pedido para construir e utilizar, "em caráter privado e exclusivo", uma estrada para introduzir maquinaria de grande porte na área. A rodovia ligaria as áreas de interesse da requerente à rodovia Manaus-Caracará e atravessaria a área "interditada temporariamente para fins de atração e pacificação de grupos indígenas". A requerente ainda diz, no pedido, que "não deseja desenvolver qualquer atividade na área da interdição. Apenas deseja por ela transitar com a única finalidade de atingir, com abastecimento de gêneros e máquinas, as áreas de mineração e dela escoar o minério produzido".

Simultaneamente, o Grupo Paranapanema, através de uma de suas subsidiárias, a Acarái — Indústria de Mineração, encaminhou ao DNPM mais um pedido de "autorização para pesquisa de cassiterita no município de Novo Airão, AM, em área de jurisdição da Funai".

A partir do momento em que conseguiu autorização para a construção da estrada de acesso às minas do rio Pitanga (que, aliás, já estava quase pronta, antes que fosse autorizada), a empresa começou a se instalar novamente na área interditada, nas margens do Igarapé Jacutinga. "Os mapas mais atualizados do DNPM mostram que a maior parte da área indígena Waimiri /

Atroari foi requerida por empresas de mineração (principalmente por subsidiárias da Paranapanema), interessadas em realizar pesquisa de mineração". Essa denúncia foi feita por Stephen Baines, em fevereiro pp, após pesquisa etnográfica na área.

O grupo Paranapanema está tão bem "assessorado" na "Nova República" quanto o foi na "velha". A empresa mantém, dentro dos órgãos públicos, defensores "espontâneos". Quando a CNBB, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e o Movimento de Apoio à Resistência Waimiri / Atroari denunciaram, a 17 de agosto do ano passado, que a Mineração Taboca S/A (subsidiária da Paranapanema) tinha prejudicado os Waimiri / Atroari, o diretor regional do DNPM, José Belfort, saiu em defesa do grupo empresarial. Um dos argumentos do "advogado": "Considero que as reservas indígenas estão em território brasileiro e, como tal, os brasileiros devem tomar posse desse território, e não transformar essas terras em nichos de vazios demográficos negados ao Brasil, à espera de que nações alienígenas tomem conta desses territórios". Como recompensa pela defesa, a "Nova República" promoveu Belfort a diretor-geral do DNPM.

NÚMEROS DA TRAGÉDIA

A tragédia que continua atingindo os Waimiri / Atroari, com a busca de explorar o subsolo de seu território imemorial, tem consequências irreparáveis para esses povos. Entre 1968 e 1975, de acordo com dados oficiais da Funai, os dois povos sofreram uma depopulação de mais de duas mil pessoas. Passaram

de 3.000 para menos de 1.000 pessoas. Recentemente, o pesquisador Stephen Baines, que passou alguns meses com aqueles índios, concluiu que sobram apenas em torno de 350 pessoas.

O solo imemorial desses dois povos foi sistematicamente reduzido, desde a chegada dos invasores. Do que ainda lhes restava em 1971, o então presidente, general Médici, subtraiu quatro quintos com um decreto. Em 1981, o general Figueiredo completou a obra e tirou deles todas as garantias sobre a terra.

Mas a tragédia não se estende apenas à perda da terra. Baines afirma que "a escassez de caça, perto do Posto Indígena Terraplenagem e outros postos na beira da BR-174, levou a uma dependência cada vez mais acentuada em alimentos enlatados e industrializados, fornecidos aos indígenas pela Funai". Estes alimentos vêm da Taboca.

Além disso, estão acontecendo invasões pelo Igarapé do Cachimbo e pela estrada. Desde a morte do sertanista Gilberto Pinto — até hoje não esclarecida — a Funai mantém os índios submetidos mediante um grande contingente de funcionários. Se compararmos o número de homens Waimiri / Atroari maiores de 21 anos, com o de funcionários do órgão tutor, veremos que este é muito mais elevado. "Esta alta densidade de funcionários, afirma Baines, em contato constante com os Waimiri / Atroari, criou uma situação em que a vida deles está completamente dominada pelos funcionários. Os indígenas estão cumprindo horário de serviço, freqüentemente junto com os funcionários, ou dirigidos por eles, tendo sido submetidos abruptamente a um estilo de vida completamente alheio à sua vida tradicional. Em alguns postos os índios estão construindo 'vilas' com casas pequenas e cozinha comunal, seguindo os padrões dos funcionários, e batendo sinos para marcar o horário". Comenta-se que há abusos sexuais por parte dos funcionários, em relação às mulheres do grupo.

Enquanto não forem revogados os documentos que levam a morte a esses povos, enquanto continuar a impunidade dos homens que os assinaram, com nome e sobrenome (João Batista Figueiredo, Mário David Andreazza, Shigeaki Ueki, Paulo Moreira Leal, Octávio Lacombe, Ney da Fonseca, Maria Hildegard Castro Rick e outros), a justiça não se restabelecerá e o processo de destruição dos Waimiri / Atroari continuará.

A nossa esperança em dias melhores para os Waimiri / Atroari cresce, apesar da interminável perseguição e agonia que vêm padecendo. Há claros sinais de recuperação do crescimento populacional entre eles. Os sinais de resistência também continuam presentes. Cresce a solidariedade, sobretudo nas comunidades da região, particularmente na Prelazia de Itacoatiara, onde estão se organizando grupos de apoio à resistência Waimiri / Atroari. O crescimento dessa organização levará o povo a ações que irão colocar, num futuro próximo, o "basta" a esses crimes, "por se arrecearem os criminosos da execração pública", como afirmou o general Alípio Bandeira. (Egydio e Doroti Schwade, do Movimento de Apoio à Resistência Waimiri / Atroari - Marawa).